

REQUERIMENTO Nº 105, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convide, para debater em audiência pública a situação jurídica do Assentamento 26 de Setembro, localizado em Brasília às margens da rodovia DF-001, as seguintes personalidades:

- **Sr. José Guilherme Tollstadius Leal**, Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal;
- **Sr. Marco Aurélio Bezerra da Rocha**, Superintendente do Distrito Federal e Entorno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- **Sr. Edmilton Gomes**, Presidente da Associação dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro;
- **Sra. Erika Kokay**, Deputada Federal;
- **Sra. Telma Rufino**, Deputada Distrital e Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Representante da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap; e
- Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

JUSTIFICAÇÃO

A autorização para o Assentamento 26 de Setembro tornou-se possível após o Decreto nº 17.502, de 10 de julho de 1996, do Governo do Distrito Federal, que autorizou a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal a outorgar licenças de ocupação precárias em terras rurais.

Entretanto, passados quase dezenove anos, o referido assentamento segue sob condição precária, e, segundo a Associação dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro, aproximadamente dez mil pessoas vivem hoje no local.

Assim, entendemos ser fundamental debater os motivos pelos quais a moradia de tantas pessoas segue sob temerosa insegurança jurídica. Apresentamos, portanto, o presente requerimento de audiência pública a ser realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a fim de que sejam ouvidas pessoas com conhecimento sobre a matéria.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ